



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2020

MESA: PRESIDENTE: Vítor Manuel Coelho Barros (PS).

SECRETÁRIOS: Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS).

HORA DE ABERTURA: 09 horas e 40 minutos.

PRESENCAS: António Carlos Ferreira Rodrigues de Figueiredo (PSD), Manuel de Sousa e Silva (PS), Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), Rogério Fernandes Duarte (PSD), Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), António Lopes Ribeiro (PSD), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Marta Susana Alves Palrinhas (PS), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), António José Correia Ferreira Alves (PS), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Alberto Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Luís Carlos Henriques Figueiral, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), João Heitor Girão Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS).

Estiveram igualmente presentes os Srs. Presidente da Câmara Municipal, Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, e Vereadores Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço, Dr.^a Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Dr. José Manuel da Silva Tavares e Eng.^o Nuno Filipe Miranda Henriques de Almeida.

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho de S. Pedro do Sul.

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1 - Período de Intervenção do Público.
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia:



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- 2.1 - Aprovação da ata do dia 09/12/2019;
 - 2.2 - Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos;
 - 2.3 - Outros assuntos.
- Assuntos da Ordem do Dia:
- 3.1 - Informação sobre a “Atividade e Situação Financeira do Município”;
 - 3.2 - Informação sobre o “Relatório Anual de Atividades da CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de São Pedro do Sul”;
 - 3.3 - Informação sobre “Declarações de Pagamentos e Recebimentos em atraso e Compromissos Plurianuais a 31/12/2019”;
 - 3.4 - Informações da Termalístur sobre:
 - 3.4.1 - Análise Orçamental referente ao 3.º Trimestre de 2019;
 - 3.4.2 - Plano de Atividades e Orçamento para 2020;
 - 3.5 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre a “Delegação de competências na União de Freguesias de Carvalhais e Candal para impermeabilização da Charca da Cárcoda”;
 - 3.6 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre a “Revisão Orçamental nº 1 do ano de 2020, Extra-GOP (receita e despesa) e PPI”;
 - 3.7 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre a “Proposta de contratação de Empréstimo de Médio/Longo Prazo, até ao montante de 1.531.131 euros, destinado a investimentos em Saneamento e Rede Viária”;
 - 3.8 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo para autorização de assunção de compromissos plurianuais para a “Contratação de serviços de fornecimento de energia elétrica em BT (Baixa Tensão, IP e Normal), BTE (Baixa Tensão Especial) e MT (Média Tensão) para todas as instalações elétricas da Câmara Municipal”.

Verificada a existência de quórum, foi pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarada aberta a presente sessão, procedendo à abertura do **Período de Intervenção do Público**, tendo-se verificado a seguinte intervenção:

José Manuel Oliveira Lopes Moita: Usou da palavra para perguntar ao executivo, como pai e em nome dos restantes pais da freguesia de Pinho, se realmente a Escola do 1º Ciclo de Pinho iria encerrar no final do corrente ano letivo, conforme os rumores que andavam a circular.

Presidente da Câmara Municipal: Respondeu que competia à DGESTE, não à Câmara Municipal, indicar quais as escolas que vão ou não fechar, sendo que, até ao momento, não tinha dado qualquer resposta nem em relação à escola de Pinho, nem em relação a nenhuma outra, pelo que teriam que aguardar resposta da DGESTE.

José Manuel Oliveira Lopes Moita: Perguntou quais eram os critérios utilizados para terem que fechar, em primeiro lugar, a escola de Pinho. Depois fez referência a uma resposta dada pela Srª Vereadora Teresa Sobrinho, na sessão de 07/11/2016, relativamente à escola de Pinho e que passou a citar: “Este executivo não fecha escolas, quem fecha as escolas é a DGESTE. Na carta educativa, que foi aprovada por unanimidade, decidimos colocar o número de alunos mínimo para o encerramento das escolas, ou seja, nós concordamos com o encerramento dos jardins-de-infância que tenham menos de cinco alunos e concordamos com o encerramento das escolas do

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

1º ciclo que tenham menos de dez alunos. Isto porque a DGESTE, por ela, encerrava todas as escolas com menos de vinte alunos e pelo número de alunos que temos na zona nordeste do concelho estavam todas encerradas, ou seja, todos os anos perante a DGESTE temos que nos bater para manter aquela escola aberta, todos os anos temos que enviar um relatório, escola a escola, a dizer porque é que não quero que aquela escola feche, porque tem menos de vinte alunos. Assim sendo, não somos contra o fecho da escola de Pinho enquanto tiver mais de dez alunos”. Relativamente a esta citação disse o seguinte. “Das palavras da senhora vereadora, por enquanto a escola de Pinho não se enquadra nesta situação, pois este ano tem doze crianças a frequentar a mesma, no final do ano sairão cinco do 4º ano e entrarão seis para o 1º ano, ficará com treze crianças, enquanto que há duas freguesias desta zona nordeste, que não foram referidas, que este ano letivo têm menos de dez crianças. Nós, pais, não queremos que essas escolas encerrem, pelo contrário, queremos é que a nossa se mantenha aberta. Os pais estão revoltados por este tipo de discriminação. Se fosse para encerrar todas as escolas das freguesias e colocar as crianças no chamado Pólo Escolar de Vila Maior, por muito que nos custasse os pais compreenderiam, e digo chamado porque não consigo compreender como é que um Pólo Escolar só tem duas salas de aula (por esse ponto de vista e colocando de parte a questão da qualidade e conforto das instalações, também poderíamos chamar a nossa escola de Pólo Escolar de Pinho), no mínimo teria que ter quatro salas de aula, na minha opinião, uma para cada ano. Porquê fechar a escola de Pinho e as outras continuarem abertas? Os pais e os encarregados de educação das crianças da freguesia não aceitarão, de forma alguma, o encerramento da escola, alguns estavam para vir aqui hoje expor e manifestar o seu descontentamento e indignação relativamente a esta situação, mas certamente estarão cá na próxima, se a mesma não for revertida, usarão de todos os meios que estiverem ao seu alcance.”

Presidente da Câmara Municipal: Referiu que não pode haver rumores, porque a própria Câmara Municipal não sabia o que é que a DGESTE estava a preparar a nível de todo o concelho, que neste momento não existia nada e que são tudo suposições, dizendo que: “Para nós as escolas não fecham; nós temo-nos debatido, principalmente com a escola de Sul e de Manhouce, para que essas escolas não fechem; a de Sul já era para fechar há muito tempo. Nós não podemos comparar, por exemplo, a escola de Pinho com a de Pindelo dos Milagres ou de Manhouce, que são crianças que estão nos extremos das freguesias; não podemos comparar as crianças de Manhouce, por muito poucas que sejam, estarmos a transportá-las para Santa Cruz da Trapa, porque essas sim, teriam deslocações muito maiores, assim como as que são, por exemplo, da freguesia de Covas do Rio, que se têm de deslocar para Sul. Se a DGESTE fechasse Sul, tínhamos que transportar as crianças de Covas do Rio, que hão-de ser muito poucas, até São Pedro do Sul, que é completamente diferente de estar em Pinho ou Vila Maior; são situações completamente diferentes.”

Vereadora Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho: Em resposta, referiu o seguinte: “Isto foi um processo que começou em 2015, numa Assembleia Municipal em São Félix, em que reunimos com todos os presidentes de junta e em que se lhes perguntou qual seria a escola a requalificar naquela zona do concelho, uma vez que poderia haver uma candidatura para o fazer, e os senhores presidentes de junta decidiram que seria Vila Maior, pelo local estratégico em relação àquela zona do nosso concelho e isso ficou na Carta Educativa aquando da sua revisão e

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que foi aprovada por unanimidade. Nessa mesma Carta Educativa, também ficou decidido que a Câmara concordaria com o encerramento de escolas do primeiro ciclo com menos de dez alunos e jardins-de-infância com menos de cinco. O problema é que o que nós dizemos na Carta Educativa não é vinculativo, ou seja, se a DGESTE chegar aqui e disser que quer fechar Pinho com catorze alunos, quem manda é a DGESTE e o Ministério da Educação; nós podemos dizer que não concordamos, como já fizemos com outras escolas, nomeadamente Valadares, mas eles é que decidem. Relativamente a Pinho, foi escolhida pela proximidade em relação a Vila Maior. Isto foi uma condição imposta pela DGESTE para requalificarmos Vila Maior, foi encerrar a escola mais próxima, que é Pinho; só têm que se deslocar aproximadamente um quilómetro e meio, que é a distância que vai da escola de Pinho à escola de Vila Maior, por isso a DGESTE decidiu que seria a mais próxima de Vila Maior. É óbvio que a Câmara irá sempre lutar para que não encerrem enquanto esta escola tiver mais de dez alunos, no entanto não está nas nossas mãos, porque a DGESTE é que decide e na altura vocês foram informados, o Sr. Presidente de Junta foi informado que Pinho seria a escola a encerrar, eu telefonei-lhe de imediato a dizer que a DGESTE impunha esta condição e telefonei ao Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas, na altura o professor José Manuel, a informar que para requalificarmos Vila Maior, a DGESTE impunha esta condição. Passados estes anos, chegou esta altura de estar em cima da mesa este encerramento, mas ninguém pode dizer que não tinha conhecimento que havia esta questão. Nós temos uma reunião em maio na DGESTE para decidir qual vai ser a rede escolar do concelho e nessa altura pode a DGESTE dizer que Pinho tem que fechar, mas eu também posso contrapor alegando que tem mais de dez alunos e que os pais não estão interessados em que se feche. Ou seja, eu tenho os meus argumentos, não sei se ela os vai aceitar ou não, por acaso até tem corrido bem, porque, por exemplo, Sul fazia parte do pacote de escolas a fechar quando abriu o Centro Escolar em São Pedro e até agora não fechou. Isto é uma questão de negociação, nós vamos tentar por tudo que não feche, mas não vos posso garantir, porque não somos nós que mandamos; por nós não fecha nenhuma escola, porque eu sei perfeitamente que quando fecha uma escola, além da própria freguesia perder alunos, temos professores e assistentes que ficam sem local de trabalho. Se a DGESTE chega aqui e nos “obriga” a fechar escolas, mesmo nós contrapondo com tudo e mais alguma coisa, nós não temos outra opção, porque não é vinculativo o que nós pusemos na Carta Educativa, ou seja, eles não têm que obedecer ao que nós pusemos na nossa Carta Educativa.”

José Manuel Oliveira Lopes Moita: Referiu que, mesmo com as explicações dadas, ficam sempre na dúvida e que, na sua opinião, não tinham lógica, mas que vão aguardar e ver no que irá dar.

Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Perguntou quais eram as condições que a escola requalificada de Vila Maior tinha para acolher os alunos e quantas salas tinha, para saber se se garante que os alunos do 1º ciclo de todas essas escolas sejam integradas nela.

Presidente da Câmara Municipal: Respondeu que a escola de Vila Maior tinha duas salas de aula completamente apetrechadas, biblioteca, salas de professores e jogo, deixando convite a todos os presentes para uma visita à mesma.

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu, então, à abertura do **Período Antes da Ordem do Dia**, começando por colocar à votação a **ata do dia 09/12/2019**, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a mesma, com dispensa da sua leitura, em virtude do texto da mesma haver sido distribuído previamente por todos os seus membros. Nota: os Deputados Municipais que estiveram ausentes na sessão em causa não intervieram neste ponto. -----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:Publicações:

- “Ecos da Gravia”, referente ao mês de novembro 2019;
- “Voz das Misericórdias”, referente aos meses de novembro e dezembro 2019.

Mails:

- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 02/12/2019, a dar conhecimento da síntese dos principais diplomas publicados no Diário da República e “clipping” de notícias, de 18 a 29 de novembro;
- Da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, datado de 02/12/2019, a dar conhecimento das deliberações aprovadas em minuta na reunião de câmara realizada no dia 28/11/2019;
- Da AEDREL, datado de 04/12/2019, a informar do período de renovação da Revista das Assembleias Municipais/2020;
- Da CIM Viseu Dão Lafões, datado de 04/12/2019, a remeter moção “Pela instalação do Centro Oncológico no Centro Hospitalar Tondela Viseu” e “Pelo início das obras de requalificação e ampliação das urgência no Centro Hospitalar Tondela Viseu (CHTV)”, aprovada, por unanimidade, na reunião da Assembleia Intermunicipal realizada no dia 25/11/2019;
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 05/12/2019, a informar que irão remeter 3 livros intitulados “A valorização do Papel e da Eficácia das Assembleias Municipais: Um regimento-tipo”;
- De Miguel Regada, datado de 10/12/2019, a dar a conhecer o livro “Descobrir São Pedro do Sul”;
- Da CIM Viseu Dão Lafões, datado de 10/12/2019, a remeter o Plano de Atividades e Orçamento do Exercício Económica de 2020;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 12/12/2019, a dar conhecimento do Projeto de Resolução n.º 30/XIV/1ª – Reversão da privatização dos CTT;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 12/12/2019, a dar conhecimento do Projeto de Resolução n.º 21/XIV/1ª – Medidas para erradicar o uso do Glifosato;
- Da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, datado de 12/12/2019, a dar conhecimento da ata da reunião de câmara realizada no dia 28/11/2019;
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 16/12/2019, a dar conhecimento da síntese dos principais diplomas publicados no Diário da República e “clipping” de notícias, de 02 a 12 de dezembro;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 18/12/2019, a dar conhecimento de pergunta dirigida ao Governo sobre “Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania”;
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 20/12/2019, a solicitar preenchimento de inquérito;



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, datado de 30/12/2019, a dar conhecimento das deliberações aprovadas em minuta na reunião de câmara realizada no dia 30/12/2019;
- Da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, datado de 30/12/2019, a dar conhecimento da ata da reunião de câmara realizada no dia 12/12/2019;
- Do Instituto Politécnico de Viseu, datado de 03/01/2020, a convidar para se associarem à Caravana Agroecológica, com vista à iniciação do processo de co-construção da Rota 1 Minho;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 10/01/2020, a dar conhecimento de resposta dirigida ao Governo sobre “Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania”;
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 13/01/2020, a dar conhecimento da síntese dos principais diplomas publicados no Diário da República e “clipping” de notícias, de 30 de dezembro 2019 a 10 de janeiro 2020;
- Da Liga de Amigos e Voluntariado do Centro Hospitalar Tondela-Viseu, datado de 19/01/2020, a convidar para concentração no Rossio de Viseu no dia 25 de janeiro, como forma de luta pela defesa das obras da Urgência Geral no Hospital de São Teotónio, pelo Centro Oncológico, por melhor atendimento aos doentes e pela dignificação do trabalho dos profissionais;
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 22/01/2020, sobre o envio do livro “O Estatuto do Direito de Oposição nas Autarquias Locais”;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 22/01/2020, a dar conhecimento de pergunta dirigida ao Governo sobre a Recusa do Centro Hospitalar de Tondela-Viseu a prescrever o transporte não urgente de doentes;
- Da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, datado de 23/01/2020, a dar conhecimento da ata da reunião de câmara realizada no dia 09/01/2020;
- Da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de 31/01/2020, a dar conhecimento do Congresso do CCRE – Conselho de Municípios e Regiões da Europa, sob o tema “Ação local. Mudança global. Vivendo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, a realizar de 6 a 8 de maio em Innsbruck, Áustria;
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 03/02/2020, a dar conhecimento da síntese dos principais diplomas publicados no Diário da República e “clipping” de notícias, de 13 a 24 de janeiro 2020;
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 03/02/2020, a remeter proposta no âmbito da valorização do papel das Assembleias Municipais.

Faltas:

- Da Deputada Municipal Lina Pereira de Figueiredo Roque, datada de 02/12/2019, à sessão do dia 09/12/2019;
- Do Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos, datada de 06/12/2019, à sessão do dia 09/12/2019, fazendo-se representar pela sua Tesoureira.

Ofícios:

- Da Junta de Freguesia de Sul, datado de 02/12/2019, a remeter proposta de recomendação aprovada, por unanimidade, em Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Sul, de 29/11/2019, relativa à “Transição da Gestão do Serviço de Águas de Consumo Humano da Freguesia de Sul para o Município de S. Pedro do Sul”;

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

- Da Assembleia Municipal de Viseu, datado de 13/01/2020, a remeter teor da moção aprovada, por unanimidade, na Sessão Ordinária realizada no dia 16/12/2019, relativa à “Abolição das Portagens na A24 e A25”.

Convites:

- Da Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de S. Pedro do Sul, para participação na comemoração do seu 135º aniversário a realizar no dia 01/03/2020.

De seguida, verificaram-se as seguintes intervenções: Deputada Municipal Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS): Fez intervenção com o seguinte teor: “A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) tem, desde o dia 17/10/2003, uma convenção para a salvaguarda do Património Cultural e Material da Humanidade, ratificada por um vasto conjunto de países, entre os quais Portugal, e tem como princípios fundamentais a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana. Ao abrigo desta convenção, Portugal tem diversos bens inscritos tais como o fado, a dieta mediterrânica, na qual o Sr. Presidente da Assembleia desenvolveu importante trabalho, o cante alentejano, o artesanato de Estremoz e também o barro preto de Bisalhães. A 10/02/2014, numa sessão da Assembleia Municipal que decorreu na aldeia de Manhouce, foi pela primeira vez abordado o interesse em candidatar o tão importante canto a vozes de mulheres a Património Cultural e Material. Por iniciativa do Município de São Pedro do Sul, foi celebrado um protocolo com a Universidade de Aveiro, tendo sido criada uma equipa de investigação que, desde 2017, acompanha a atividade dos diferentes grupos, desenvolvendo uma pesquisa baseada em fontes históricas. A 22/02/2019, também em Manhouce, a professora Rosário Pestana da Universidade de Aveiro, fez uma primeira apresentação dos trabalhos de levantamento desenvolvidos em todo o município. Sabemos que no passado dia 18/01/2020, no auditório Balneário Rainha Dona Amélia, decorreu uma reunião de trabalho no formato de mesa redonda e intitulada “O Património Somos Nós”, com o objetivo de debater a inscrição desta manifestação na matriz do Património Cultural e Material da Humanidade. Estando nós plenamente conscientes da importância do canto a vozes do nosso concelho e designadamente o que é cantado pelo Grupo de Cantares de Manhouce, dada a representatividade artística e cultural de que é detentora, solicito à Srª Vereadora da Cultura que nos faça um ponto de situação da candidatura.”

Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos, José Luís Figueiral Morujão, (PSD): Relativamente à zona de contenção contra incêndios, referiu que tem sido abordado por algumas pessoas manifestando o seu descontentamento relativamente ao corte das árvores e à maneira como isto tem sido feito, uma vez que era uma zona essencialmente de minifúndio e com faixas de 10 metros de largura e 60/70 metros de comprimento as pessoas ficavam literalmente sem nada. Disse também que não seria um investimento muito grande à Câmara Municipal, que a curto prazo seria pago, adquirir aqueles terrenos envolventes, porque poderia fazer uma limpeza fácil, uma terraplanagem, uma vez que agora não tinham tantas limpezas de mato. Disse ainda o seguinte: “Eu considero que há árvores que estão em risco e que devem ser cortadas, e considero até que sejam centenárias, mas, por exemplo, os cedros que estavam no ferreiro, num retiro que até poderia ser alcatroado, em que para ali bastante gente e acho que não havia necessidade. Eu conheço a zona, conheço os cedros e sabia perfeitamente bem que aqueles cedros não estavam em risco de ruir. Nós estamos a pôr as nossas estradas numa eira. A nossa zona é bonita também



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

por isso e acho que o risco de incêndio não aumenta, principalmente nesses casos, porque não existe uma continuidade florestal e ali acho que não havia. A Câmara Municipal, na minha perspectiva pessoal, deveria sim ser mais dura com o corte dos pinheiros com nemátodo, porque se repararem, no sentido inverso dos cedros que foram cortados, ainda há meia dúzia de dias estavam pinheiros pendurados no fio elétrico. Acho que deveríamos ter um bocadinho mais de cuidado no que diz respeito ao corte das árvores à beira da estrada, porque estamos a desvirtuar isto tudo.”

Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal, José Carlos Moreira de Almeida (PSD): Referiu que compreendia que algumas árvores, pelo seu porte e pela sua porosidade, sejam cortadas, mas se elas lá estavam era provavelmente porque alguém as tinha plantado há quarenta, cinquenta ou sessenta anos atrás, sugerindo que se plantassem outras ao lado das que fossem cortadas.

Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Usou da palavra para dizer o seguinte: “Venho aqui triste, mas ao mesmo tempo satisfeito pela vinda, ontem, do Sr. Secretário de Estado das Infraestruturas à nossa região, em que percorreu a Estrada Nacional 16 de Vouzela até São Pedro do Sul. A vinda do Secretário de Estado é sempre vista com pompa e circunstância, é mais um político que nos visita, que conhece a região, é mais um governante político que pode deixar ficar mais alguma coisa na nossa terra e na nossa região. Mas fiquei efetivamente triste porque o anúncio foi zero; eu fazendo parte duma comissão que aqui foi eleita, de um grupo de trabalho que se esforçou no sentido de apresentar uma mais-valia em determinadas circunstâncias, em determinada época e em determinado momento, que foi a recolha de quatro mil e quinhentas assinaturas, com esta envolvimento de todos, não foi só apenas da comissão, que foi um trabalho que eu considero louvável, mas se nós compararmos com o passado, esse esforço feito por todos nós não sei se irá ser compensado ou não. Quando nós fizemos aqui a análise da proporcionalidade de algumas vias que foram no passado reestruturadas ou requalificadas em termos de extensão e que nunca houve este trabalho, nunca houve esse empenho e por muito menos, na altura, o reconhecimento do poder político instituído obviamente teve valor, foram inúmeras estradas que foram efetivamente requalificadas, elas estão aí, nunca foram faladas, e agora com uma estrada a requalificar de mil e seiscentos metros, vem o Sr. Secretário de Estado, com pompa e circunstância, simpático, agradável e diz que temos um piso excepcional, até deu a sensação que ele veio inaugurar o piso que puseram na Nacional 16, quando não foi nada disso, mas perante o discurso dele eu até fiquei na dúvida se seria isso ou não. Quando questionado por um elemento da comissão, o Sr. Secretário de Estado andou ali a rabear e não foi capaz de nos dizer com frontalidade se efetivamente aquela estrada ia ser, ou não, requalificada. Chegou inclusive a dizer que não era uma estrada de velocidade, era uma estrada para se fazer nas calminhas e depois acabou por dizer no discurso que até acharia muito bem que as curvas fossem efetivamente cortadas. Há uma coisa que esta comissão vai efetivamente fazer, com o apoio obviamente da Câmara Municipal de São Pedro do Sul e de Vouzela e da Assembleia Municipal de São Pedro do Sul e de Vouzela: as assinaturas vão ser entregues na Assembleia da República e esperemos que, desta forma, haja muito mais força. Eu sinceramente estou triste por aquilo que o Sr. Secretário de Estado ontem nos deixou, porque esperava ele que fosse mais conciso, tivesse uma mensagem mais positiva.”

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

Deputado Municipal Manuel de Sousa e Silva (PS): Perguntou ao executivo quais eram os valores dos prejuízos envolvidos aquando da intempérie, se a Câmara Municipal tinha seguros para cobrir esses prejuízos e quais os seguros e respetivos valores. Solicitou também que esclarecesse quanto à verba para a requalificação da Escola Secundária, uma vez que se falava de um milhão e duzentos mil e ultimamente se falava que seria de três milhões de euros. Perguntou ainda o que é que ia fazer com o projeto de geotermia para as Termas de São Pedro do Sul, no valor aproximado de um milhão e quinhentos mil euros, se era apenas localmente ou se o mesmo se estendia a outras regiões do nosso concelho. Por último e relativamente à E.N.16 entre São Pedro do Sul e Vouzela, disse ter falado com o Secretário de Estado sobre a mesma, dizendo-lhe que: “Nós estamos numa zona rural, são mil e setecentos metros com catorze curvas, é a única via que São Pedro do Sul tem para nos ligar às grandes cidades, nomeadamente Lisboa, Coimbra, Aveiro, Porto, ao mar, é aquela estrada que nós temos, tem cem anos e a única coisa que foi feita foi a requalificação do piso, a requalificação do traçado mantém-se original. Ele estava a idealizar que a gente queria ali uma estrada de alta velocidade, não, o que nós pretendemos não é uma estrada de alta velocidade, tanto é que está estrangulada para trás e estrangulada para a frente, o que nós pretendemos é que aquelas catorze curvas altamente sinuosas, sejam retiradas e vamo-nos bater por isso e eu estou confiante que, mais ano menos ano, nós vamos ter aquela estrada requalificada.”

Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Referiu o seguinte: “Relativamente aos animais errantes, à esterilização, tenho nota de que efetivamente iniciou-se a esterilização no concelho de São Pedro do Sul e tem-se feito algum trabalho nesse sentido e tenho nota também das dificuldades de gestão do canil; o canil tornou-se um espaço que não está adequado aos trabalhos que são necessários, nem a recolher os animais errantes que existem no nosso concelho. Nesse sentido, questionava se já têm medidas e propostas para a requalificação do canil e se existe apoio financeiro, porque é fundamental intervir rapidamente no canil.” Relativamente à intervenção da deputada Dalila, lembrou que tinha sido aprovado na Assembleia Municipal que decorreu em Vila Maior, a criação de um museu em Manhouce, que incluía também um trabalho de etnobotânica que tinha apresentado, perguntando ao executivo qual era o ponto de situação do mesmo.

Presidente da Câmara Municipal: Em resposta às várias intervenções, disse o seguinte: “No que diz respeito ao Sr. Presidente da Junta de Bordonhos, eu compreendo a sua intervenção e em parte concordo com ela, mas nós acima de tudo temos de ter a segurança das nossas pessoas, as pessoas que circulam nas nossas estradas têm de estar a conduzir de uma forma segura. Em São Pedro do Sul, por conhecimento que eu tenho, houve seis acidentes em que árvores caíram diretamente em cima dos veículos, em que uma delas podia ter causado mortes e a nós preocupa-nos a segurança das pessoas, mais do que as árvores. As árvores que estão a cortar, são árvores que estão em risco, são árvores que pessoas e técnicos desta Câmara Municipal têm analisado (temos fotografias dessas árvores) e todas essas árvores têm doenças; temos que cortar todas aquelas que forem necessárias e que põem em causa a segurança das pessoas; é claro que aquelas árvores já estão lá colocadas há muito tempo, tenho algumas arrancadas com a força do vento em que praticamente não existe nenhuma raiz, mas primeiro está a segurança das pessoas.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Também falou na questão da zona de intervenção contra incêndios no Parque Industrial, é uma situação que já existia, é uma situação que nós somos obrigados por lei e, acima de tudo, também tenho que me precaver por “dá cá aquela palha”; se houver lá um incêndio que queime uma daquelas indústrias, o Presidente da Câmara é o responsável e se há coisas que eu gosto é de dormir descansado; acima de tudo se a lei diz que temos que fazer essa gestão, a lei tem que ser cumprida. No que diz respeito à compra dos terrenos envolventes, nós poderemos fazer isto no Parque Industrial de Pindelo dos Milagres, que é uma situação nova, poderemos ter que comprar realmente terrenos, mas a lei veio *à posteriori* e a lei tem de ser cumprida. É uma verdade quando diz que existem muitas árvores com nemátodo que estão a cair para a estrada, só o ano passado instauramos mais de oitocentos processos para que as pessoas cortassem as árvores, se cem cortaram, desses oitocentos processos, foi muito, já estamos a pegar nisto outra vez para vermos se todas essas situações já foram calculadas ou não. A verdade é que quando existe um fogo as pessoas lembram-se que as árvores estão lá perto, mas quando nós e a GNR as notificamos ou as tentamos sensibilizar para fazer o corte das árvores são as primeiras a não as cortar, mas depois se existe alguma coisa a culpa é sempre dos outros. Concordo com o que disse o Sr. Presidente da Junta de Carvalhais, que temos que plantar árvores novas, é uma questão de começarmos a agendar daqui para a frente essa questão. No que diz respeito à questão do Eng.º Ribeiro ficar triste, eu percebo, mas pelo menos temos uma sensação de alívio, porque é uma estrada que andamos a batalhar há muitos anos, foi prometida pelo Secretário de Estado Sérgio Monteiro aquando do encerramento de uma campanha eleitoral, que veio a São Pedro do Sul dizer que aquela estrada ia ser uma realidade; após isso tentámos por muitas vezes e de diversas formas entrar em contacto com ele e nunca nos atendeu; pelo menos este atende-nos, não nos disse que não nem que sim, mas deixa uma porta aberta para o diálogo. Isto é importante para nós, a luta não acabou ontem, é para continuar, o abaixo-assinado deve ser entregue e todos nós temos que nos esforçar para ter mais assinaturas e junto de todos os partidos políticos existentes na Assembleia da República, essa luta possa efetivamente continuar. Ainda hoje o Vice-Presidente tem uma reunião com o Sr. Ministro por causa também da IP3 e provavelmente também irá falar com ele no sentido de forçar para que a E.N.16 também possa avançar. A luta continua, a Câmara Municipal está ao vosso lado, dará todos os meios para que esse abaixo-assinado possa chegar. Nós temos mesmo que insistir, o ano passado foi uma grande vitória termos de volta as participações médicas no Serviço Nacional de Saúde, mas para isso foi preciso trabalhar muito para se conseguir lá chegar, e para este ano se voltar a conseguir as participações médicas, foi preciso trabalhar muito e não foi preciso andar com manifestações, é trabalho que se faz na surdina, que se faz nos gabinetes, junto dos Secretários de Estado, junto dos Diretores Gerais para que efetivamente possamos atingir os objetivos que nós pretendemos. Relativamente ao que disse o Deputado Manuel Silva, sobre a questão das intempéries, nós temos prejuízos em bens públicos superiores a um milhão e meio de euros, ultimamente ainda apareceram mais umas situações que nós não tínhamos contabilizado; grande parte desses bens não estão cobertos por seguro, por exemplo temos muitas freguesias onde caíram muros e o seguro só paga se esses muros caíram para cima de outras propriedades, se tivesse causado prejuízo aos outros; como são geralmente muros de suporte das estradas, não causam prejuízos a ninguém, teremos que ser nós a suportá-los e teremos que fazer todos esses muros. Temos que começar a ver pelas prioridades para conseguirmos atingir todas as nossas necessidades: temos o Balneário Romano, que também foi



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

atingido, tem seguro mas ainda não nos disseram quanto é que nos vão pagar; o Balneário Dom Afonso Henriques também foi muito atingido, tem seguro mas também não sabemos quanto é que iremos receber; de forma que é acima de um milhão e meio de euros e não sabemos, neste momento, se virá alguma comparticipação da parte do Estado para estes bens públicos. Por exemplo, a nível das margens do Vouga, grande parte das árvores foram destruídas, pelo menos desde Sul até às Termas, grande parte das árvores foram pelo rio abaixo. Sobre a questão das verbas para a Escola Secundária, há algum tempo atrás, quando veio um vírgula um milhão e meio de euros, era obrigatório a Câmara Municipal pagar quinze por cento, (aliás Viseu fez isso, foi o único município aqui à volta que pagou quinze por cento), e nós calma, porque isto poderá a vir a dar mais. Entretanto de quinze por cento conseguimos com que o Estado pagasse sete e meio, desse um vírgula um milhão ficámos com sete e meio por cento, ou seja, da parte do município só iremos gastar sete e meio e depois, ao fim deste tempo, quando nós já estávamos a preparar o concurso que iria ser lançado nestes dias e depois de muita luta, muito trabalho que sabe que se faz nos bastidores, conseguimos aumentar a importância do investimento na Escola Secundária de um vírgula um para três milhões, ou seja, a nossa espera deu proveitos e é isto que realmente nós precisávamos. Os três milhões não irão dar para a escola toda, provavelmente precisaremos de quatro milhões, mas agora vamos começar duma estaca zero, porque tínhamos o projeto preparado para uma determinada importância, agora vai ser mais abrangente, temos que fazer os projetos da especialidade relativos à outra parte, mas seja como for esse dinheiro está assegurado. Só com esta ampliação de um vírgula um para três milhões, São Pedro do Sul conseguiu dez por cento de todo o bolo da Região Centro, estamos a falar em cem municípios e desses cem municípios conseguimos dez por cento, o que é uma grande vitória para o concelho de São Pedro do Sul, uma escola que não tinha obras há trinta e seis anos e conseguimos fazer agora um grande investimento naquela escola. Sobre a geotermia, mais outra grande vitória para o concelho de São Pedro do Sul, estamos a falar numa candidatura em que havia dois vírgula seis milhões de euros para efeitos de geotermia e São Pedro do Sul conseguiu mais de sessenta por cento, ou seja, houve a nível nacional uma série de candidaturas e só duas é que vão ter financiamento: vai ser o concelho de São Pedro e vai ser o concelho de Chaves, São Pedro do Sul vai receber um vírgula seis milhões de euros e Chaves vai receber seiscentos mil. De forma que se trabalha muito para se atingirem os objetivos, há muitos anos que não havia investimentos em geotermia e finalmente vamos ter. Neste momento vamos começar a fazer o projeto, porque não sabíamos se realmente o projeto ia ser aprovado e quanto é que ia ser o montante, que irá ser adaptado ao valor que iremos ter da comparticipação. No que diz respeito aos animais errantes, foi criada uma lei em que a solução para os animais errantes era a castração química, mas depois não diz o que é que se faz aos animais; os animais são castrados, são esterilizados e são abandonados novamente na via pública, com todos os inconvenientes daí derivados: podem morder uma criança, podem morder um idoso, pode passar uma pessoa de bicicleta ou de motorizada e podem deitá-los abaixo e não há solução. Neste momento, no nosso Plano de Atividades, termos uma verba, penso que de vinte mil euros, para o canil, em que temos necessidade de fazer lá algumas obras, essas obras estão identificadas; é claro que não vamos resolver os problemas dos cães em São Pedro do Sul que é o problema maior que temos, como ninguém os está a resolver, porque a lei está mal feita, não foi retificada e temos aqui mesmo um problema de saúde pública, porque são animais que andam na rua e que nós não os podemos abater. A questão do museu de Manhouce está a ser tratada juntamente com a Junta de

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

Freguesia de Manhouce e na sua altura própria poderá dar frutos. Neste momento São Pedro do Sul, que não tem nenhum museu, a curto prazo irá ter dois museus efetivos: o Balneário Romano irá ter um museu, assim como também nestas instalações com as peças que saíram da Senhora da Guia; Carvalhais também tem lá um pequeno museu rural e Manhouce será mais uma alternativa, de forma que São Pedro do Sul, não tendo nenhum museu, de um momento para o outro começa a ter possibilidades, a curto prazo, de ter museus. Quero também dizer que temos um projeto aprovado no que diz respeito aos passadiços de Manhouce, é uma candidatura que foi apresentada ao programa “Valorizar”, do Turismo de Portugal, em conjunto entre São Pedro do Sul, Oliveira de Frades e Vale de Cambra; essa candidatura foi apresentada, vamos ver se vai ter sucesso ou não, mas era também uma mais-valia que nós queríamos para a nossa serra.”

Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Relativamente ao museu de Manhouce, perguntou qual era o ponto de situação, uma vez que há seis anos que se estava a trabalhar nele, se havia uma candidatura apresentada e se já tinham um projeto e um local. Perguntou ainda para quando estava prevista a requalificação do canil.

Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos, José Luís Figueiral Morujão, (PSD): Referiu que quando uma árvore está doente a solução não era matá-la e sim tratá-la, que existiam podas e intervenções que se podiam fazer nas árvores. Sobre a zona industrial, falou na aquisição dos terrenos, porque a limpeza do perímetro industrial, num ano, era muito dispendiosa, enquanto que os valores do metro quadrado eram relativamente mais baixos, e tendo a Câmara Municipal uma “bulldozer”, seria fácil limpar um terreno plano.

Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Disse que, embora concorde que as árvores devam ser abatidas quando estão mortas, se deveria saber antes qual o estado decrépito em que elas estavam, pelo que se deveria apresentar um relatório para além da fotografia.

Presidente da Câmara Municipal: Em resposta à deputada Mónica Almeida, disse o seguinte: “Sobre a questão da candidatura que já vai em seis anos, eu estou na câmara há seis anos e quando entrei na Câmara Municipal tinha vinte e seis milhões de euros de dívidas, com muitos problemas de saneamento para resolver, muitas estradas para resolver, muitos problemas de água para resolver. Agora diga-me, quais são as suas prioridades? Eu tenho neste momento obras de saneamento para fazer, tenho água de abastecimento público a muitas povoações que ainda não têm água ao domicílio; a candidatura é uma candidatura da Junta de Freguesia, a Câmara Municipal está por trás e ajuda; seis anos para quem nunca teve nada, poderá até nem ser muito; a Junta de Freguesia já comprou o terreno e se já não tem o projeto feito, penso que já estará bem encaminhado. Nós na vida temos que fazer opções e a Junta de Freguesia tem essa opção de fazer o museu e vai fazê-lo. No que diz respeito ao canil, nós fizemos uma candidatura a um programa da Direção Geral das Autarquias, que se chama CRO (Centros de Recolha Oficial de Animais de Companhia), essa candidatura foi aprovada, mas à nossa frente estão muitas mais, o que significa que provavelmente o dinheiro não chegará até a nossa candidatura. Nós temos que fazer opções na vida, vamos trabalhar para os animais ou vamos trabalhar para as pessoas? O que é que nos preocupa mais? Neste momento ainda temos muitas pessoas



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

carenciadas, a viver mal nas habitações. Nós não podemos ser fundamentalistas, há muita gente ainda neste concelho, e neste país, com muitas necessidades e nós temos que fazer aqui um equilíbrio, temos que ver aquilo que é mais necessário nas alturas que é mais necessário.”

Vereadora Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho: Em resposta à deputada Dalila Pinho, fez o seguinte esclarecimento: “Realmente foi numa assembleia em Manhouce que se pôs esta questão, do interesse de candidarmos o grupo Vozes de Manhouce a património imaterial da humanidade. Começámos a ter umas reuniões em Lisboa e chegámos à conclusão que havia mais grupos no país com estas características, ou seja, canto polifónico feminino a três ou mais vozes e que também havia pelo menos mais um grupo interessado em fazer a candidatura, tal como nós, e isto resultou de reuniões que tivemos na universidade em Lisboa. Então começámos a juntar com esse grupo que também estava interessado, entretanto contratámos os serviços da Universidade de Aveiro para fazer um levantamento de todo o património musical do nosso concelho de São Pedro do Sul e daqui resultou, neste momento, o aparecimento de sete grupos de canto polifónico feminino a três ou mais vozes só no nosso concelho; somos o concelho que mais grupos tem, quer eles sejam formais ou informais, e apareceram agora em Valadares umas senhoras que também cantam e que nós também vamos absorver e juntar. Entretanto a Universidade de Aveiro foi estudando outros grupos pelo país, ou seja, neste momento temos cinquenta e tal grupos com estas características e a candidatura que vamos fazer é a nível nacional. É óbvio que o grupo expoente máximo são as Vozes de Manhouce, porque são as que mais levaram este estilo de cantar a mais sítios, não só do país, como no estrangeiro; digamos que as Vozes de Manhouce são a bandeira. Isto começou connosco, a Câmara Municipal de São Pedro do Sul é que foi sempre alavancando, mas chegámos agora a uma altura que temos que fazer a candidatura e não pode ser uma ou duas câmaras a fazer a candidatura, até porque isto aconteceu com o cante alentejano e foi recusada. Então, neste momento, está a ser uma associação que vai representar todos os grupos e esta associação é que irá fazer a candidatura em nome dos grupos, claro que estão as câmaras por trás. Eu já mandei uma carta a cada câmara onde existem grupos a convidá-los para reunirmos, porque nós, câmaras, é que vamos ter que assegurar a continuidade da tradição; aquelas questões da salvaguarda que exigem na UNESCO são as câmaras que têm que assegurar; nós é que temos que dizer o que é que vamos fazer para manter viva a tradição, por isso isto é um processo que está bem encaminhado. Vamos ter agora uma outra reunião no dia um de março em Viana do Castelo, vamos estar todos presentes, vamos levar todos os nossos grupos de São Pedro do Sul e a ideia é mostrarmos força. É óbvio que esta candidatura que vamos fazer é uma homenagem a todas as mulheres que ao longo de todos os tempos mantiveram vivas estas tradições, o que não quer dizer que hoje em dia não haja grupos mistos, porque já há grupos mistos, no entanto a candidatura é uma espécie de homenagem às nossas mães e avós, que durante uma vida inteira cantaram para nós quando éramos pequeninos, ou no trabalho, ou seja onde for e que nos transmitiram todo este património que é de todos nós e que acaba por ser de todos nós. Mas isto não exclui de alguma forma homens que neste momento estão presentes em alguns grupos e que fazem parte desses grupos, ou seja, o que nós queremos é incluir. É neste processo da candidatura que estamos, esperamos nós ainda neste primeiro semestre de 2020 fazer a apresentação formal da candidatura e vamos ver como é que corre, mas estamos todos muito esperançados e com pensamento positivo de que vai correr muito bem.”



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Assembleia Municipal deu, então, início à análise e discussão dos assuntos da **Ordem do dia:**

3.1 - INFORMAÇÃO SOBRE A "ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO": -----

Foi presente a informação referida em epígrafe e não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte da Ordem do Dia.-----

3.2 - INFORMAÇÃO SOBRE O "RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA CPCJ - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE SÃO PEDRO DO SUL": --

Primeira Secretária Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS): Sobre este ponto, apresentou um breve resumo com o seguinte teor: “Relatório anual de atividades e avaliação da CPCJ – ano de 2019. Quanto ao plano anual de atividades, a globalidade das atividades foram realizadas e englobaram ações de sensibilização com a comunidade, ações com crianças e jovens, entre outras. Quanto ao volume processual, registaram-se um total de 56 entradas e 37 saídas de processos. Em comparação com o ano anterior, o número de processos abertos ou sinalizações é sensivelmente o mesmo. Contudo há aspetos a reter e que preocupam a entidade (restrita e alargada): O aumento do tempo de permanência dos processos em acompanhamento, pois aumentou o nº de processos transitados para 2020 (19, sendo que para 2019 tinham transitado 11); Um aumento significativo de processos remetidos ao tribunal (por falta de consentimento dos pais para intervenção da CPCJ, por incumprimento dos acordos estabelecidos ou a pedido do tribunal). Pensamos que estes dados indiciam a maior complexidade e agravamento das situações em acompanhamento. Quanto às problemáticas sinalizadas são, maioritariamente, a “exposição a comportamentos de risco” por parte dos pais e/ou familiares, seguidos de “assunção de comportamentos de risco” sem que os pais se oponham de forma eficaz, esta referente aos jovens. Na sua grande maioria estas problemáticas inserem-se no âmbito da violência doméstica, e na maioria das vezes associadas a consumo de álcool, seguidas de outros comportamentos que expõem as crianças ou os jovens ao perigo como negligência, absentismo escolar ou consumo de outras substâncias psicoativas. No que respeita à entidade sinalizadora, e em linha de conta com as problemáticas associadas, é, maioritariamente a GNR (28), seguido das escolas (9) e outras entidades. Quanto à faixa etária predominante, são jovens entre os 11 e os 18 anos, seguidos das crianças mais pequenas. No que respeita às medidas aplicadas pela CPCJ no ano em avaliação foram, na sua quase totalidade, “apoio junto dos pais”, com ações de reforço das competências parentais e eliminação dos fatores de risco para as crianças e jovens. Os dados apresentados devem merecer a reflexão de todos para que sejam encontradas as melhores respostas para reduzir os números aqui apresentados.”

Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte da Ordem do Dia.

3.3 - INFORMAÇÃO SOBRE "DECLARAÇÕES DE PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO E COMPROMISSOS PLURIANUAIS A 31/12/2019": --

Presidente da Junta de Freguesia de Sul, José Pedro Maurício Pereira (PSD): Sobre a Declaração de Recebimentos em Atraso a 31/12/2019, referiu que existiam vários clientes devedores à



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara Municipal, entre os quais a Termalístur com quase um vírgula três milhões de euros, acrescido de juros de mora, que tinham a ver sobretudo com as rendas, perguntando se aquele valor tinha nada a ver com a anterior isenção das rendas da Termalístur.

Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Respondeu que não, que a Termalístur teria que pagar o valor em causa.

Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte da Ordem do Dia.

3.4 - INFORMAÇÕES DA TERMALISTUR SOBRE: ANÁLISE ORÇAMENTAL REFERENTE AO 3.º TRIMESTRE DE 2019 E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2020:-----

Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Referiu ter ficado com a ideia de que o parecer do ROC era para a Câmara Municipal e não para a Assembleia Municipal e que ele pedia para que não se divulgasse o mesmo.

Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Respondeu que deveria ter sido lapso e que o parecer era para a Assembleia Municipal, até porque era ela quem aprovava.

Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte da Ordem do Dia.

3.5 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE A "DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CARVALHAIS E CANDAL PARA IMPERMEABILIZAÇÃO DA CHARCA DA CÁRCODA":-----

Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal, José Carlos Moreira de Almeida (PSD): Sobre este ponto, fez o seguinte esclarecimento: “É uma charca com capacidade de cerca de dez mil metros cúbicos de água, tem um espelho de água bastante avultado, fica localizada a norte do Castro da Cárcoda, é um ponto de água de primeira ordem, tem acesso em três vértices para meios aéreos e também dá para nadar, pois vai ficar com uma rampa numa das partes. A nível de segurança, será feita uma vedação que vai ser suportado pela Junta de Freguesia, porque o problema é que a charca foi candidatada ainda no quadro anterior com as vedações e com a impermeabilização total da charca, só que o PRODOR, na altura, não aprovou a charca com esse montante. Foi feita uma candidatura já no PDR sem a impermeabilização com a Câmara Municipal, verificou-se que havia uma mais-valia se impermeabilizássemos o paredão e foi isso que foi feito, porque é um bem de proteção civil para o concelho e estamos todos de parabéns.”

Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce, Carlos Alberto Duarte Laranjeira (PS): Referiu que quando se falava em aviões, se estava a falar de investimento, de dinheiros públicos, mas concordava, visto que era uma barragem com muitas condições e que os valores eram baixos.

Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3.6 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE A "REVISÃO ORÇAMENTAL Nº 1 DO ANO DE 2020, EXTRA-GOP (RECEITA E DESPESA) E PPI": -----

Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Informou que iria haver uma grande ação de reflorestação no próximo dia 22 de março, deixando o convite a todos para participarem. Após e relativamente a este ponto, fez o seguinte esclarecimento: “Os orçamentos são aprovados erradamente muito cedo, em outubro, e nós posteriormente tivemos a aprovação de uma candidatura para a zona de Negrelos, junto ao Lenteiro do Rio, e em dezembro tivemos que a incluir, não a tínhamos numa revisão orçamental, mas colocamos só com o valor, só a abertura de rubrica, digamos assim, e agora estamos aqui a aproveitar para, uma vez que a candidatura está aprovada e temos que lançar o procedimento para a mesma, de colocar aqui o valor na totalidade. Para além disso, houve o descongelamento e progressões de carreiras dos nossos colaboradores, muitos deles com direito a retribuições com retroativos e houve necessidade de colocar aqui uma rubrica específica, que não tínhamos, para essas situações, para que as mesmas possam ser pagas ainda este mês.”

Presidente da Câmara Municipal: Alertou que, a curto prazo, iriam fazer outra revisão orçamental que não estava programada, devido às obras da Escola Secundária, porque recentemente tiveram a aprovação de três milhões de euros para aquela escola e só tinham um vírgula um milhão de euros.

Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

3.7 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE A "PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZO, ATÉ AO MONTANTE DE 1.531.131 EUROS, DESTINADO A INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO E REDE VIÁRIA":-----

Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Fez o seguinte esclarecimento: “Com a redução da dívida que tem acontecido ao longo dos últimos anos, aumentamos drasticamente a capacidade de endividamento e como também deixamos de ter, de há dois anos a essa parte, aquele empréstimo de curto prazo que havia todos os anos e que nós fomos baixando; considerando que estamos numa fase final deste quadro comunitário e não há, neste momento, financiamento para estas redes de saneamento, que são sobretudo para fecho de sistemas e para colocar em funcionamento ou melhorar o funcionamento de algumas coisas que não estão a funcionar bem, vamos fazer este financiamento que é para oitenta e cinco por cento do valor total destas obras. Tem também duas estradas, na expectativa de podermos lançá-las já no próximo mês ou nos próximos meses, para que numa perspectiva de overbooking, isto é, aqueles dinheiros sobrantes do quadro comunitário que aparecem de repente e que para os municípios que já têm maturidade nas obras (obras lançadas e em execução), se não houver financiamento, o empréstimo servirá para as pagar; se conseguirmos financiamento comunitário, vamos buscar o dinheiro já com as obras executadas ou em execução e pagamos o empréstimo. A perspectiva é esta e por isso é que



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nós arriscamos fazer isto com taxas baixíssimas e este dinheiro é libertado à medida que as obras vão sendo executadas.”

Presidente da Junta de Freguesia de São Félix, Luís Carlos Henriques Figueiral (PSD): Referiu que o seu voto iria ser a favor, dizendo que tinha pena que na lista não constasse nenhuma obra para São Félix e havendo overbooking, a obra de saneamento e abastecimento de água ao domicílio no Entroncamento estaria incluída.

Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Respondeu que não, que aquela obra iria ser feita sem financiamento.

Presidente da Junta de Freguesia de São Félix, Luís Carlos Henriques Figueiral (PSD): Perguntou se seria para a totalidade do Entroncamento, incluindo todos os restaurantes.

Presidente da Câmara Municipal: Respondeu que a água seria colocada na parte final depois de ser construído o reservatório de Vila Maior.

Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Usou da palavra para dizer que o Grupo Parlamentar do PSD vai votar favoravelmente esta contratação deste empréstimo, embora o Vice-Presidente da Câmara Municipal, numa sessão do ano anterior, tivesse dito que seria o último empréstimo a contrair. Referiu ainda que: “Eu até aceito perfeitamente este empréstimo, face às obras que aqui estão e que são anunciadas, é que o senhor presidente da câmara também se esquece daquilo que anuncia presentemente nas redes sociais, que dá a impressão que, quem não vive em São Pedro do Sul, isto é um concelho que está numa expansão brutal, que já criou milhares de postos de trabalho, que já fixou n de populações e jovens a trabalhar ativamente; mal seria, face ao orçamento que este executivo tem, que não se fizessem obras e não se anunciassem obras. Mas também é bom, que há seis anos a esta parte, tantas obras anunciadas, começam a ser muito poucas para o anúncio a inauguração. Eu gostava muito mais que essas redes sociais dissessem “Inauguramos a obra a, b, c, d”. Obviamente que o anterior executivo do PSD, liderado pelo Dr. António Carlos, também deixou dívida, mas deixou grandes obras e é bom que nós reconheçamos isso. Obviamente que o grande salto qualitativo e quantitativo de São Pedro do Sul foi nesses executivos: deixou obra e foram contraídos empréstimos a médio e a longo prazo, mas não é preciso estar a enunciar as obras que ficaram ou foram feitas. Nós temos aqui como deputado na Assembleia o ex-presidente da Câmara que as pode anunciar e dizer quais foram elas. Agora permanentemente, eu não digo que isto que é um massacre, mas digo mais uma vez Sr. Presidente da Câmara, isto é de facto uma conversa da treta, começa a ser bom que se comece efetivamente a inaugurar obras a sério.”

Deputado Municipal Manuel de Sousa e Silva (PS): Fez a seguinte intervenção: “Eu lembro que há uns tempos atrás, aqui nesta própria assembleia, eu disse que a nossa dívida estava a reduzir a uma velocidade muito elevada, mas face aos investimentos que nós estávamos a fazer, era impossível continuar a fazer esta redução e referia alguns investimentos muito relevantes: o Parque de Pindelo, o Parque da Cidade, as obras no Balneário Romano, etc; portanto, era impossível continuarmos na senda da redução da dívida. Claro que este empréstimo vem na linha daquilo que eu anunciei aqui relativamente à requalificação das ETAR’s e são muitas; se

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

analisarmos para o valor do empréstimo, um milhão quinhentos e trinta e um mil, verificamos aqui a requalificação da ETAR de Sul, Rio de Mel, Bouco, Manhouse, Negrelos, Figueiredo de Alva, Vila Maior, Bordonhos, São Martinho das Moitas, é um valor que está envolvido para o saneamento de quatro milhões. Eu previa isto, isto para mim não é novidade em função das obras que estavam anunciadas, é altura de fazer face a esses investimentos e esse empréstimo vem na linha disso.”

Deputado Municipal António Carlos Ferreira Rodrigues de Figueiredo (PSD): Usou da palavra para dizer o seguinte: “Obviamente que uma Câmara Municipal que fundamenta ou extrai a sua receita naquilo que nós sabemos, que são pequenos impostos e temos o balneário termal que ainda estão a pagar o investimento, também não é fácil gerir com o investimento que foi feito e está a ser pago, obviamente que a obra que se faz tem que se recorrer à dívida. Uma coisa é pagar a dívida, mas pagar dívida não gera receita, pagar dívida é pagar aquilo que já se utilizou, mas não se vai buscar dinheiro com isso, portanto para fazer obra é preciso obviamente fazer dívida, dívida controlada. É normal falar da dívida uns dos outros, o Sr. Presidente muitas vezes, quando fala que herdou a dívida, não fala que herdou também os balneários termais, que herdou as variantes, que herdou a requalificação urbana, mas isto é tendência. Não é fácil gerir uma câmara como São Pedro do Sul, para fazer obra é necessário criar dívida e ter os apoios comunitários, a nossa participação é sempre menor em relação àquilo que são os fundos, mas nós temos que ter essa participação, ou seja, se não formos buscar este dinheiro, não se consegue fazer a obra. Obviamente que cada um, que politicamente está no momento, tem que se defender, o Sr. Presidente agora tem que se defender como eu já me defendi no passado e defender-se-á o que vier a seguir.”

Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Referiu que o que era fundamental e o que fazia toda a diferença na questão das dívidas era ter capacidade de endividamento, e que o facto da Câmara Municipal estar a contrair este empréstimo não implicava que a dívida pudesse aumentar.

Presidente da Câmara Municipal: Relativamente às intervenções feitas, fez o seguinte esclarecimento: “O dinheiro do overbooking é: nós estamos a fazer estas obras, estamos a contrair esta dívida, neste momento não sabemos o que aí vem, ou seja, sabemos que vai haver excesso de dinheiro, que não foi gasto, e que há hipóteses de irmos buscar algum, não sabemos se na área de estradas, se de águas, se de saneamento e é por isso que abrimos isto um pouco para saneamento e para água. Se nós tivermos estas obras a andar ou numa situação final, eles vão dar prioridade àqueles projetos que já estão executados ou que estão a acabar, e então nós aqui teremos todas as possibilidades de poder ir buscar mais algum dinheiro. O dinheiro que entra em overbooking entra para o bolo da Câmara Municipal, não vai entrar para saneamento nem para água, onde à partida todas as juntas poderão vir a ser beneficiadas. No que diz respeito à água e mais uma vez, não podemos neste momento estar a pôr água em São Félix através da captação de Vila Maior, porque a captação de Vila Maior já é insuficiente para as pessoas de Vila Maior e Pinho, porque a captação de Vila Maior abastece Vila Maior e Pinho e também já São Félix; não vamos agora estar a criar expectativas às pessoas, que depois vai faltar a água em julho e agosto. De forma que o que nós pretendemos fazer, é construir um novo depósito com maior capacitação, apanhar a água em sítios já predefinidos, que estamos neste momento a



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

explorar e já estamos a meter canalizações. Não falando em datas, queremos fazer o mais rápido possível para que, no verão, Vila Maior possa ter água para Vila Maior, Pinho e parte de São Félix, e a partir daí teremos condições para depois estender a rede que à partida será para todos os restaurantes de São Félix. O Eng.º Lopes Ribeiro falou que não havia obras para inaugurar, desde já está convidado para muitas obras que hão-de ser inauguradas para o ano, que vai ser ano de eleições, e também algumas ainda este ano, e não são obras de soleira, estamos a falar em obras de grande envergadura. A política do Partido Socialista da Câmara Municipal não é fazer inaugurações com porco no espeto, ao contrário da câmara anterior. São Pedro do Sul, neste momento, está numa grande expansão de obras, isto é visível aos olhos de toda a gente: nós entrámos com a geotermia, que não tinha nada em geotermia há uma série de anos; entramos com um parque industrial, que não havia nada a nível industrial há uma série de anos; estamos a fazer redes de esgotos como nunca foi feito em São Pedro do Sul; neste momento estamos com uma série de construções de depósitos de água, vamos construir já um ali nas Massarocas de grande envergadura para não faltar a água em São Pedro do Sul; vamos construir outro em Cotos para que não falte a água aqui na cidade; estamos a fazer grandes investimentos na área de turismo; ainda hoje anunciei o lançamento do concurso da obra do Jardim Infantil de Santa Cruz da Trapa (duzentos e tal mil euros), que é uma obra na sua freguesia e aquelas crianças precisavam daquela escola requalificada; a Escola Secundária que é uma obra de três milhões; vamos construir uma represa nas Termas, eu quando digo vamos construir estamos a falar de obras onde já há financiamento, não é vamos construir a pensar no que há-de vir, e brevemente iremos lançar muitas mais. Desde já fazemos o convite a todos os Deputados Municipais para todas as inaugurações, normalmente só o Eng.º Ribeiro é que vai aparecendo em algumas, mas estão todos convidados. De forma que esta Câmara Municipal ganhou com sessenta por cento, ou mais, certamente que daqui a um ano ganhará por muito mais.”

Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

3.8 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO PARA AUTORIZAÇÃO DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA A "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BT (BAIXA TENSÃO, IP E NORMAL), BTE (BAIXA TENSÃO ESPECIAL) E MT (MÉDIA TENSÃO) PARA TODAS AS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DA CÂMARA MUNICIPAL": -----

Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Explicou que, pela natureza dos valores, a Câmara Municipal tem que ter autorização da Assembleia Municipal para a contratação dos serviços em causa, referindo que esta era por dois anos, para toda a rede da Câmara Municipal e que ia ao acordo-quadro da CIM.

Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De seguida o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, quando eram 11 horas e 30 minutos, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada, nos termos legais, pelos Presidente e Secretários da Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

OS SECRETÁRIOS,